

Os cassados, desanimados

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os 122 praças não anistiados em 1979 e as 22 mulheres de punidos pelo movimento de 64, que se encontram em greve de fome, permaneceram no Salão Verde da Câmara até os 30 minutos de ontem, quando a deputada Beth Mendes telefonou ao presidente Ulysses Guimarães solicitando autorização para que o grupo passasse a noite no recinto. O deputado paulista alegou impedimento regimental e não concedeu a autorização. Entretanto, Ulysses concordou que eles dormissem nos dois ônibus estacionados no pátio da Câmara. As mulheres passaram a noite na casa de amigos e familiares.

Durante todo o dia de ontem, o grupo permaneceu na Câmara acompanhando a discussão da emenda do governo, atribuindo poderes constituintes ao futuro Congresso. Parte do grupo assistiu aos debates nas galerias, enquanto o restante dividiu-se pelo Salão Verde e dependências, discutindo suas reivindicações com os parlamentares.

Até as 17 horas, quando a votação da matéria começou a ser encaminhada, um dos coordenadores da União dos Militares Não Anistiados, Joelson Rocha, demonstrava grande descrença em relação ao atendimento das reivindicações do movimento. Segundo Joelson, caso fosse aprovado o substitutivo do deputado Walmor Giavarina (PMDB-PR), cerca de seis mil praças, punidos disciplinarmente pelo movimento de 64, seriam excluídos dos benefícios da anistia.

No decorrer do encaminhamento da votação, a coordenação do grupo ainda não havia decidido qual seria a sua reação caso fosse aprovado o substitutivo oficial. Joelson Rocha contestou a alegação de que nenhum dos punidos quer a reintegração. Ele próprio, cassado aos 25 anos e que se formou posteriormente em Direito e Jornalismo, disse que gostaria de voltar a vestir a sua farda no serviço ativo. Joelson argumentou que o grupo aceitou a anistia sem reintegração, com receio de, em caso contrário, não ser atendido em nenhuma das suas outras reivindicações.

O líder do PMDB e do governo, deputado Pimenta da Veiga, mais sensível que o líder do PFL, José Lourenço, às negociações em torno da anistia a civis e militares, incluída no substitutivo à emenda da Constituinte, revelou à tarde, em meio à discussão da matéria em plenário, que havia concordado em alterar os dispositivos da anistia, "esperando o apoio do PT e do PDT".